Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 19/08/86
COD. JE D01

OS JAVAÉ E A DEFESA DE SUA TERRA

André A. Toral

INTRODUÇÃO

Os Karajá se distribuem pelas margens do rio Araguaia e Javaés desde Aruanã, Goiás divisa com Mato Grosso, até Xambioá, Goiás divisa com Pará. Os Karajá se dividem em três sub-grupos: Xambioá, Javaé ou Xavajé e Karajá propriamente ditos. São grupos indígenas que partilham do mesmo substrato cultural e linguístico (Javaé e Xambioá são variações dialetais do Karajá).

Os Javaé localizam-se atualmente concentrados na aldeia Canoanã onde são assistidos pela FUNAI através de um Posto Indígena de mesmo nome. Está localizado às margens do Rio Javaés, braço menor do Rio Araguaia, formadores da Ilha do Bananal. Existem ainda grupos Javaé vivendo em Barreira da Cruz e Barreira do Pequi, às margens do Rio Javaés e em Porto Luís Alves junto com Karajás, às margens do Araguaia. Existem ainda numerosos Javaé vivendo em aldeias Karajá. Os grupos que vivem em Barreira da Cruz, Porto Luís Alves e Barreira do Pequi não recebem assistência por parte da FUNAI.

Segundo Eduardo Galvão (1), "representam (os Karajá) um tipo de adaptação especial a um estilo de vida com base nos recursos e potencialidades do rio". Tradicionalmente os Karajá se caracterizavam por uma grande mobilidade e dispersão ao longo do Araguaia. Atualmente, apesar da maior sedentarização de quase todos os sub-grupos Karajá (e conseqüente incremento dado à agricultura) a pesca e a extração de gêneros alimentícios do rio constituem parte indispensável em seu regime de subsistência e no seu relacionamento econômico com os núcleos regionais civilizados.

Esse regime de subsistência é determinado pela maior ou menor influência da pesca e coleta de produtos do rio nas duas estações do ano: no verão (estiagem) e no inverno (tempo das chuvas). No inverno os Karajá se concentram nas aldeias e a pesca, que se vê dificultada pelo aumento do volume das águas, se limita às lagoas e é suplantada em importância pela agricultura

Acervo ISA

(principalmente de banana, milho, arroz e mandioca mansa e brava). Há no inverno uma grande atividade ritual e intenso intercâmbio social. O verão é a estação em que a pesca predomina como meio de subsistência, havendo uma dispersão considerável de índios das aldeias maiores em direção às lagoas do interior da Ilha do Bananal ou pelos afluentes do Araguaia e Rio Javaés onde a pesca é mais produtiva. Os Javaés, nessa época, se dirigem aos furos, lagoas e desaguadouros bem como aos pequenos rios tributários do Araguaia e do Javaés que cortam o interior da Ilha do Bananal, como o córrego Jaburú e Riozinho. Tradicionalmente (2) a dispersão dos Karajá no verão era consideravelmente maior do que a atual e a constituição das aldeias, tendo em vista a exploração dos recursos do rio, era também bastante diferenciada: pequenos grupos em geral de 3 ou 4 famílias que se distribuiam em aldeiamentos provisórios nas praias dos rios. Atualmente, entre os Javaé, as expedições de pesca, mesmo no verão, são feitas por grupos de homens e só raramente transferem-se também as famílias para os locais de pesca.

Entre os Javaé, como veremos adiante, a concentração havida na aldeia Canoanã e o incremento dado à atividade agrícola serão fatores determinantes para a formação de uma consciência de defesa da terra. A terra que necessitam para botar suas roças e o território compreendido pelas lagoas e córregos interiores à Ilha, vitais para a realização da pesca tanto no verão como no inverno.

PEQUENO HISTÓRICO DOS JAVAÉ E CONFLITOS RECENTES

À respeito dos Karajá, Darcy Ribeiro dirá o seguinte: "Ali (às margens do Araguaia) foram encontrados pela civilização, representada, primeiro, pelo bandeirante, mais tarde pelos mineradores de ouro, traficantes, militares e missionários que se haviam estabelecido nas nascentes do Araguaia e procuravam uma saída para o oceano. A navegação pelo Araguaia assumira importância capital para aquela população que se via na contingência de transportar de São Paulo, em lombo de burro, o sal, as ferramentas e tudo o mais de que carecia, através de milhares de quilômetros de sertões desertos.

"Depois de longo período de lutas contra os preadores de escravos, quando preponderou o interesse de navegar pacificamente o Araguaia, foram feitos alguns esforços para estabelecer relações com os Karajá. Os resultados fo

Acervo ISA

ram, porém, tão precários, que jamais permitiram se dispensassem as guarnições militares que garantiam as negociações. Uma fonte permanente de conflitos eram os esforços para aliciar índios como remeiros para o transporte de mercadorias, colaboração que os traficantes não podiam dispensar, já que somente o índio conhecia o rio e constituía a única fonte de mão-de-obra na região. Durante todo o século XIX as relações só pioraram, sucedendo-se os ataques dos Karajá a guarnições e outros núcleos civilizados e as expedições punitivas às suas aldeias. Diversos grupos foram compelidos a viver em colônias criadas para "amansá-los", não somente no Araguaia, mas a grandes distâncias.

"Na segunda metade do século passado, o Araguaia conheceu um surto de progresso, graças ao General Couto de Magalhães que procurou resolver o problema fundamental da província que então governava, criando uma empresa oficial de navegação a vapor, destinada a garantir a comunicação franca e regular com o Pará, ligando o centro do País a um porto marítimo. Os Karajá experimentaram, então, anos de contato maciço com a civilização, contato que, pela primeira vez se assentava em bases permanentes, através de todo o seu território. Viram surgir uma rede de guarnições militares, diversos núcleos de comércio ativo e até colégios criados especialmente para seus filhos. Esta euforia, porém, não durou vinte anos: os vapores afundaram, a empresa extinguiu-se, os comerciantes faliram e o colégio foi fechado. Ao findar o século, os Karajá haviam voltado à vida antiga, em suas praias desertas ou só raramente visitadas por civilizados. Porém, algumas aquisições da civilização já provocavam profundas mudanças em sua vida, como o hábito de tomar cachaça e a contingência de sofrer doenças antes desconhecidas.

"(...) Assim entraram os Karajá no século vinte. Em 1888, os três grupos que se dividia a tribo (Karajá, Xambioá e Javaé) perfaziam quatro mil pessoas (Eherenreich 1948. Ver Bibliografia), mas ainda vivendo em relativa independência, mesmo porque o Araguaia só nos nossos dias seria realmente integrado na economia nacional, através da ocupação dos campos marginais por criadores de gado" (3).

Fritz Krause (4) fazendo um histórico dos Javaé cita a notícia mais antiga que se tem a respeito do grupo como devida a José Pinto da Fonseca, que em 1773 viajou pelo Araguaia, pacificando os Karajá, visando a liberação do rio para a navegação. Segundo Fonseca em 1774 foi fundado um presídio e o al

Acervo ISA

deamento Nova Beira junto ao braço do Araguaia a leste do Bananal, onde reu niu índios Karajá e Javaé ou Xavajé. Em 1782 os índios do aldeamento foram transferidos para a nova aldeia de São João de Mossamedes, onde aos poucos se extinguiram.

Cunha Matos afirma haver existido também índios Javaé na Aldeia Pe dro III (Carretão) em 1786, junto com Xavantes. Havia 3.500 aldeados e foram quase todos exterminados por uma epidemia de sarampo. Os sobreviventes foram transferidos em 1788 para a aldeia Salinas.

As primeiras notícias realmente esclarecedoras a respeito dos Javaé devemo-las a Paul Ehrenreich e Fritz Krause, etnógrafos alemães que percorre ram o vale do Araguaia, respectivamente em 1888 e 1908. Segundo essas fontes os Javaé habitavam o interior da Ilha do Bananal, e suas aldeias localizavam-se na parte setentrional da Ilha, à beira de grandes lagoas, furos ou desagua douros. Ainda segundo Ehrenreich os Javaé evitavam sair de suas aldeias com medo de moléstias epidêmicas (5). A respeito dos Javaé diz Fritz Krause:

'Mantém relações pacíficas com os Karajá, havendo casamentos entre estes e aqueles; há principalmente uma intensa troca de mercadorias entre eles, sendo que os Karajá fornecem utensílios de pedra, que faltam aos Xavajé, bem como objetos de ferro, tecidos e colares de missangas, a troco de urucú , redes enodadas, araras e mantimentos (...).

"São tidos entre os Karajá como ricos em enfeites e gêneros alimentícios, motivo pelo qual, em épocas de penúria, os Karajá freqüentemente vão morar com eles" (6). Igualmente, Ehrenreich vai salientar o papel dos Karajá como intermediários de bens manufaturados (tecidos e artigos de ferro principalmente) aos grupos que não mantinham, como eles, contato prolongado com os civilizados ou seja aos Tapirapé e Javaé.

Os Karajá e os Javaé mantinham contatos hostis com os Xavantes e grupos Kayapó da margem esquerda do Araguaia. Os primeiros na região de con - fluência do Rio das Mortes com o Araguaia e os segundos mais para o norte, na região compreendida entre o norte do Mato Grosso e sul do Pará. Os Javaé man tinham contatos igualmente hostis com os Avá-canoeiros na margem direita do rio Javaés.

Acervo ISA

Os Javaé, segundo a classificação de Darcy Ribeiro (7) eram considerados até 1900 como um grupo indígena "isolado" em relação à sociedade brasileira, em 1957 mantinham "contato intermitente" enquanto, no mesmo ano, os Karajá mantinham "contato permanente". Atualmente os dois grupos são considerados "em vias de integração" pela FUNAI.

Em relação aos Karajá, como se viu, os Javaé se diferenciam pelo maior isolamento em que estavam. Enquanto o Rio Araguaia se afirmava como meio de comunicação e de circulação de mercadorias (embora de limitada navegabilidade) muito pouco interesse era dado ao seu braço direito, o rio Javaés. A partir da metade do século XIX em diante é que os Javaé travaram um contato mais regular com as frentes pioneiras. Com a descoberta de cristal de rocha em Cristalândia, Pium, Formoso do Araguaia e Dueré a região a leste da Ilha do Bananal teria um pequeno surto de desenvolvimento que seria interrompido pela decadência e fim da atividade mineradora. Esse processo de povoamento da região à leste da Ilha que se iniciou com a mineração seria continuado em parte pelo desenvolvimento da pecuária local, com a ocupação dos campos marginais ao rio Javaés e no interior da Ilha por criadores de gado originários da própria região e do Maranhão principalmente. Com a implantação da BR-153, Belém-Brasília, e incentivos a projetos agropecuários por parte da SUDAM o quadro da economia regional modificou-se substancialmente havendo uma dinamização e inserção cada vez maior da economia regional na economia nacional, como será visto adiante.

No início do século XX os Javaé ainda se encontravam nas três aldeias maiores na parte setentrional da Ilha, conforme haviam documentado tanto Ehrenreich como Fritz Krause. São essas aldeias Maraní-hawá, Imotí e Ariuari. Grande parte dos Javaé viviam porém nas pequenas aldeias que se distribuiam ao longo do rio Javaés e alguns agrupamentos no Araguaia na região onde hoje é o Porto Luís Alves (GO).

Por volta de 1940 uma dessas aldeias maiores, Ariuari, se cinde devido a dissidências internas ao grupo. Algumas famílias se dirigem para o sul, subindo o rio Javaés e inicia, um novo aldeiamento na margem direita do Javaés, onde hoje se localiza a Agro-Pastoril Canoanã, de propriedade do grupo BRADESCO (Ver mapa).

Acervo ISA

Essa é a época também, de 1940 a 1950, que os Javaé sofrem epidemias de crupe, sarampo e gripe que atingem o grupo com especial violência causando grande número de mortes. De uma população de 650 indivíduos em 1939, segundo William Lipkind (8), os Javaé têm hoje, em 1979, uma população de 350 indivíduos, em franco processo de recuperação populacional o que nos leva a aquilatar a incrível mortandade verificada no grupo antes do atendimento pela FUNAI.

Depois de alguns anos estabelecidos em Canoanã os Javaé encontram dois cavalos que prenunciam a chegada de um retireiro, vaqueiro à serviço de um criador de gado da região de Porangatu (GO). O fazendeiro vai construir a sede da fazenda ao lado da aldeira Javaé, convivendo por algum tempo índios e brancos.

Em 1952 o então Serviço Nacional de Proteção aos Índios funda o Posto Indígena Damiana da Cunha nas margens do rio Javaés, na parte meridional da Ilha do Bananal (9). Este Posto indígena atendia a aldeia Javaé que lá existia, em local chamado Barreira Branca, e que compreendia aproximadamente 40 pessoas.

Enquanto isso, em Canoanã, após aproximadamente cinco anos convivendo com os criadores de gado, começam a surgir entre os Javaé e brancos, diversos conflitos. Alguns desses conflitos foram motivados pelos vaqueiros do fazendeiro que insistiam em tentar usar as índias para satisfazer seus desejos, outros conflitos tiveram sua origem no abate de gado do fazendiro pelos índios, brigas causadas pela pinga, etc.. Ao mesmo tempo os índios, em virtude do contato indiscriminado com os brancos começam a sofrer diversas moléstias que surgem em caráter epidêmico causando diversas mortes. No fim da década de 50 o fazendeiro conseguiu com que os índios saíssem da aldeia. Os Javaé, inconformados com a perda do local, onde em outras épocas já existira aldeiamentos, sendo portanto de ocupação tradicional do grupo, se dirigem para o sul, subindo o rio 3 km e iniciam novo aldeiamento na margem esquerda do rio Javaés, na Ilha do Bananal. Em 1960 é fundado o Posto Indígena Canoanã.

Quase todos os grupos Javaé que viviam dispersos no interior da Ilha ou às margens do Javaé e Araguaia começam a se concentrar na aldeia Canoanã. Esse processo de concentração populacional se completou, de certa maneira, em 1973 com a chegada dos que moravam nas aldeias de Jatobá, Ariuari, Loro

Acervo ISA

tí, Maraní-hawá, Imotí, Cachoeirinha, Barreira Branca (com a desativação do P.I. Damiana da Cunha) e parte dos que moravam em Barreira da Cruz (parte norte da Ilha, às margens do Javaés). Todavia existem famílias Javaé vivendo em Barreira da Cruz (17 pessoas) e próximas ao Porto Luís Alves (20 pessoas).

Quanto à fazenda do outro lado do rio, próxima a Canoanã, está hoje em mãos do grupo BRADESCO que lá mantém a fazenda e um Instituto Educacional que atende à população regional ribeirinha e do interior da Ilha.

Pode-se levantar alguns fatores principais dessa aglutinação havida em Canoanã: proximidade do atendimento médico às epidemias de que estavam sendo vítimas e o número cada vez maior de posseiros que vindos do Nordeste e principalmente do Maranhão (Grajaú, Riachão, Carolina e Porto Franco) ocupavam o interior da Ilha, sendo na maioria criadores de gado. A excepcional qualidade das pastagens naturais da Ilha vai atrair não só esses pequenos criadores mas criadores e fazendeiros dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Pará que para lá enviam o gado para o "refrigério" na época do verão (o capim Canarana da Ilha permanece aproveitável como alimento para o gado inclusive na época do verão).

Estando em permanente contato com a população regional há mais de um século os Javaé mantém numerosas trocas econômicas com essa população envolvente através do comércio com os "regatões", barcos de mercadoria que percorrem os rios Araguaia e Javaés principalmente no inverno, mantém comércio também com vendedores, mascates e comerciantes de Formoso do Araguaia, Gurupi e São Miguel, além do comércio mantido com as vilas de posseiros encravadas em território indígena: São João do Javaé e Barreira do Pequi. Mantém contato também com turistas e caravanas de pescadores que se dirigem aos lagos do interior da Ilha. Conseguem algum dinheiro com a venda do produto da pesca, principalmente das "mantas" de Pirarucú (Arapaima Gigas) salgadas, artesanato e empregando-se como guias aos pescadores que vão para o interior da Ilha ou em barcos que percorrem o Araguaia e o Javaés.

A aldeia Javaé pode ser alcançada através de estradas que saem de entroncamentos com a Belém-Brasília (Via Formoso do Araguaia) ou por estradas vindas de São Miguel do Araguaia (existe, no verão, linha regular de ônibus para Barreira do Pequi e São João do Javaés).

Acervo ISA

A aldeia Canoanã encontra-se na região da Ilha mais densamente ocupada pelos posseiros. O Javaé sendo essencialmente pescador e agricultor a princípio não se via diretamente ameaçado com a expansão da área pastoril.Com a existência e disponibilidade de terra para botar suas roças e os rios e lagos para a pesca o Javaé via garantida a sua subsistência. Ainda tinha possibilidade de explorar a natureza da maneira tradicional, ou seja, a pesca complementada com o produto das roças. Com a chegada dos brancos a necessidade de mobilidade para a exploração da pesca, através dos pequenos grupos de famílias que viviam nas praias no verão, viu-se limitada pela ocupação do território. Conseqüentemente, os Javaé se dedicam mais à agricultura. Acrescente-se a isto que a aldeia encontra-se longe das lagoas aonde pescavam, e as lagoas próximas à aldeia, Lago da Piranha e Lagoa da Mata Azul, encontram-se nas terras da Agro-Pastoril Canoanã S.A. Com a terra ameaçada pelo aumento constante do número de posseiros e arrendatários da Ilha do Bananal o índio se vê na eminência de perder o controle dos meios materiais necessários para sua subsistência e manutenção como grupo. Os Javaé percebem que o antigo regime de subsistência já não é mais possível. A consciência para a defesa entre os Javaé se torna ainda mais promissora se pensarmos nos demais grupos Karajá.

A oposição de interesses entre brancos e índios começa a tomar a forma de conflitos reais (10):

No início de agosto de 1979 um caminhão componente de uma caravana de pescadores se dirigia para o interior da Ilha levando, como guia, um índio Javaé. Ao passar por uma das vilas de posseiros, São João do Javaé, o índio se dirigiu a uma das olarias da vila e disse que poderiam parar o serviço caso contrário eles (os Javaé) quebrariam tudo. Como esse índio, quase todas as lideranças da aldeia Canoanã concordam na retirada dos posseiros.

Eliseu, índio Javaé responsável pelo Posto Indígena e antigo "capitão" da aldeia, passou também por São João do Javaé avisando os comerciantes principais da vila terminarem os estoques dentro de um ano e deixarem a Ilha até agosto de 1980, data fixada pelos Javaé para os posseiros deixarem o seu território. A FUNAI tomou conhecimento do prazo e, por enquanto, aguarda o desenrolar dos acontecimentos.

Na mata São João (próxima a Barreira do Pequi) o índio Jurassi avi

Acervo ISA

sou aos moradores que não deveriam fazer novas roças na mata. E como a terra é do índio, novas roças só podem ser abertas em regime de meia com Jurassi.As roças só poderiam ser feitas nas palhadas e mesmo assim pagando uma porcentagem. Atualmente duas famílias de Javaés estão vivendo na mata São João.

Os Javaé reivindicam a sua área de ocupação tradicional: a parte leste da Ilha, área que compreende os seus lagos de origem e vitais para sua subsistência. Essa área seria limitada a oeste pelo córrego Jaburú, tributário do Riozinho, rio interior e que corta a Ilha (Ver Mapa). A oeste do córrego Jaburú até o Araguaia é território Karajá e à leste, até o rio Javaés, é território Javaé. Ao norte esse território faria limites com o Parque Nacional do Araguaia, reserva florestal.

OS JAVAÉ E A FUNAI

Em 1971 é criado pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médice o Parque Indígena do Araguaia. Dele fazem parte a aldeia Canoanã (Javaé), Fontoura (Karajá) e Santa Isabel (Karajá). Ficam fora da Ilha mas sujeitos à administração do Parque as aldeias Tapirapé, Macaúba (Karajá) e Barra do Tapirapé (Karajá).

É a partir de 1970 que a vocação pecuária da Ilha do Bananal e do vale do Araguaia em geral vai ser expressa através de uma política de incentivos fiscais originários da SUDAM, Banco da Amazônia S.A. e principalmente através do Programa POLAMAZONIA. Essa orientação desenvolvimentista beneficiará aos grandes projetos Agro-Pecuários e atingem a comunidade Karajá e Javaé através da FUNAI e seus programas de Desenvolvimento Comunitários aplicados através do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI). A Fazenda Agro Pastoril Canoanã S.A. será uma das beneficiadas pelo POLAMAZONIA (11).

O vale do Araguaia será abrangido pelo POLAMAZONIA através das seguintes áreas: I) Xingu-Araguaia e III) Araguaia-Tocantins. Essas áreas traçam o seguinte perfil de potencialidade econômica para a região: "I) Xingu-Araguaia - Situada no nordeste de Mato Grosso e sul do Pará, onde grandes projetos agro-pecuários se desenvolvem, a região selecionada encontra-se sob influência das BR's 242, 158 e 080. Os projetos de industrialização de carne bovina, previstos para a região de Suiá-Missu, abrem amplas perspectivas para o desenvolvimento acelerado da pecuária de corte" (12).

Acervo ISA

Sobre a área III) Araguaia-Tocantins - "(...) Os vales, principalmente os do Araguaia, são férteis, e as terras mais elevadas, situadas entre o Araguaia e o Tocantins, são inadequadas para culturas temporárias, mas se prestam para culturas permanentes, e sobretudo para pastagens. Os grandes eixos de penetração rodoviária já estão implantados: a Transamazônica e a Belém-Brasília, esta já asfaltada. Faz-se necessário ainda a construção da rede de estradas vicinais (...)" (13).

Como se vê a orientação governamental para a área se pauta em duas diretrizes básicas: 1) Melhoria e ampliação da rede de estradas vicinais de apoio à atividade pecuária e 2) desenvolvimento, melhoria tecnológica e consolidação da atividade pecuária.

Os reflexos dessa política de desenvolvimento não são absolutamente decepcionantes se os julgarmos pelo crescimento do rebanho bovino: na Prelazia de Cristalândia (que abrange a maioria dos municípios vizinhos da margem direita da Ilha do Bananal) o rebanho bovino que em 1960 somava 327.836 cabeças ascende em 1976 para 1.257.220 cabeças (14). Uma das metas do governo, a ampliação do rebanho bovino, está se realizando a passos largos. A outra meta desenvolvimentista, construção da rede de estradas vicinais, também vai de vento em pôpa: o aterro necessário à construção da BR-262 já está quase concluído até a margem do rio Javaés, em frente ao povoado de São João do Javaé. A estrada deverá cortar o Parque do Araguaia, a apenas 15 km da aldeia Canoanã, e vai sair do Araguaia, ao lado da aldeia Santa Isabel. Apesar da preocupação dos Javaé que veem na estrada o caminho para a penetração de mais posseiros no seu território as metas governamentais se realizam de maneira implacável para as populações indígenas da Ilha do Bananal.

A FUNAI, como órgão governamental, partilha do mesmo programa de desenvolvimento para a região. Os grandes projetos de pecuária e rizicultura foram iniciados pelo DGPI já em 1970 com a formação de um rebanho, que em 1973 totalizava 3.500 cabeças e 130 hectares de arroz plantados, na aldeia Santa Isabel. No tocante à pecuária a meta era alcançar um efetivo de 200.000 cabeças, que era o quanto a área disponível comportava (15). A área disponível são as terras do Parque Indígena do Araguaia.

Estes projetos de desenvolvimento aplicados principalmente a partir da aldeia Santa Isabel vão afetar também os Javaé da aldeia Canoanã. Atualmente o DGPI mantém em Canoanã um rebanho de aproximadamente 200 cabeças de gado

Acervo ISA

controlado por dois índios e um vaqueiro da região. O gado é do DGPI e no dia do Índio os Javaé, mediante autorização, têm direito a abater duas novilhas. Além desse projeto, a FUNAI implantou outros em Canoanã: de corte e costura, de formação de roças coletivas e de comercialização dos produtos da agricultura e da pesca (principalmente das mantas de Pirarucú). Nenhum desses projetos conseguiu ser assimilado pelo grupo indígena e atualmente só o Projeto de Bovinocultura persiste, através do controle realizado pelos técnicos do DGPI.

Em Canoanã, assim como em muitas aldeias do Parque do Araguaia, houve a formação de um contingente da Guarda Rural Indígena, hoje desativado. Em convênio com o Summer Institute of Linguistics a FUNAI implantou no Parque Indígena do Araguaia o Projeto de Educação Bilíngue do Araguaia que forma monitores bilíngues Javaés para participarem do processo de alfabetização, com bons resultados. Atualmente 21 índios estão ligados a Projetos de Educação, criação de gado, Serraria, Chefia de Posto ou recebendo por terem participado da extinta Guarda Rural Indígena (GRIN). Com a criação de empregos e remuneração dos índios ocorrem diversas conseqüências. A necessidade de produtos civilizados não é nova, posto que o contato dos Javaé com o mercado regional data de mais de um século, o que se dá é um aumento do montante de dinheiro em circulação dentro da aldeia e um incremento do comércio do grupo com o mercado regional. As trocas internas ao grupo têm cada vez mais uma expressão monetária ao mesmo tempo em que se registra no comércio com os brancos um processo constante de criação de necessidades de artigos manufaturados e de desincentivo à produção agrícola interna ao grupo através da compra, no mercado regional, de itens básicos de subsistência como farinha de mandioca e arroz.

Em novembro de 1977 é afastado o chefe de posto da FUNAI na Aldeia Canoanã em meio a denúncias de desvio de dinheiro da comunidade indígena através de um projeto de desenvolvimento comunitário (no início do mesmo ano o ex diretor do Parque Indígena do Araguaia denunciara a utilização das terras, da criação de gado, da utilização do hospital do Parque e do trabalho indígena em proveito pessoal de funcionários da FUNAI [16].

A FUNAI E OS POSSEIROS

A presença da FUNAI na Ilha do Bananal estava representada até a desativação do Parque Indígena do Araguaia pela administração sediada em Santa

Acervo ISA

Isabel. Com a desativação do Parque ocorrida em maio de 1978 (17), os Postos Indígenas da área ficaram ligados à 7a. Delegacia Regional com sede em Goiania.

Além dos projetos pecuários e de rizicultura do D.G.P.I. e programas aplicados junto às comunidades indígenas a presença da FUNAI na área verifica-se junto aos posseiros da Ilha do Bananal, e alugando as pastagens da Ilha a fazendeiros de Mato Grosso, Goiás e Pará.

Até 1969 os posseiros e arrendatários do Parque pagavam "aforamento" à Prefeitura de Formoso do Araguaia. A área da Ilha (ver mapa) está dividida por três prefeituras: Formoso, Cristalândia e Pium, todas no Estado de Goiás. A maior parte do território dos Javaé fica na área da Prefeitura de Formoso do Araguaia. Depois de 1969 os posseiros passaram a pagar à FUNAI pelo uso da terra do Parque. A FUNAI através do DGPI mantém seis postos fiscais na área do Parque para controlar a cobrança de impostos. A FUNAI cobra três tipos de impostos aos posseiros e arrendatários: Cr$4,00 por metro linear de arama esticado, Cr$37,00 por direito de pasto para cada cabeça de gado e Cr$5,00 por metro quadrado construído, de acordo com dados de 1979 (18).

A própria FUNAI na área do P.I. Canoanã fez diversas desapropriações de posseiros que começavam a formar um verdadeiro cinturão em torno à aldeia. Como não havia nenhuma política para a retirada total dos posseiros elaborada a nível de FUNAI diversas dessas desapropriações foram feitas principalmente depois de 1972 pelo chefe de posto Albertino Soares na medida em que este captava o nível de insatisfação dos Javaé com a situação. Os antigos integrantes da GRIN serviam de instrumento de uma política arbitrária de confisco de bebidas e de desapropriações que, sacrificando os posseiros, não ajudava aos índios pois não dava uma definição ao problema fundiário da Ilha, apenas adiando as questões.

A população de posseiros vive no interior da Ilha, na orla das matas, onde é possível botar roças e permanecer à beira da várzea para a pastagem do gado. A maior densidade de população se concentra entre São João do Javaé e o Riozinho, bem como ao longo do rio Javaés. Bem no centro, como se vê, do território reivindicado pelos Javaé.

A SUCAM aponta de 14.600 a 15.000 posseiros em toda a Ilha (18). Os maiores patrimônios são: São João do Javaé (76 casas), Mata do Adontino (44

Acervo ISA

casas), Barreira do Pequí (32 casas) e Mata de São João (33 casas).

O comércio existente, principalmente em São João do Javaé é abastecido por centros fora da Ilha, como Gurupi, Formoso, Sandolândia, Araguaçu e São Miguel. Há também um comércio ativo entre os moradores, principalmente de gêneros alimentícios produzidos nas roças locais.

Para evitar a devastação a FUNAI proibe a derrubada das matas e exige que se plante nas várzeas e capoeiras. O desmatamento indiscriminado havido nas matas e nas elevações pode levar, a curto prazo, à desertificação da Ilha.

Como as cheias não respeitam os baixios e destroem a plantação, os posseiros continuam a abrir novas roças, derrubando as matas.

Os posseiros, como já se disse, são atendidos pela Prefeitura de Formoso, que já instalou luz elétrica no patrimônio de São João, construiu escolas e paga os professores. Elegeram também um vereador para a Câmara de Formoso do Araguaia. No seu desejo de obter aliados os posseiros já escreveram carta ao presidente da República solicitando sua liberação de impostos em conseqüência das cheias.

Os posseiros alegam, não sem razão, que a culpa do atual estado de coisas é da FUNAI, que permitiu o seu estabelecimento em número cada vez maior na Ilha e que reconheceu o direito que o povo tem à terra através dos impostos cobrados. Ao receberem as reivindicações dos índios os posseiros alegam que não há nenhuma portaria da FUNAI determinando sua saída. E uma vez que o imposto é pago à FUNAI é a ela a quem cabe responder pela permanência ou não dos posseiros em área indígena.

A impossibilidade de um acordo, que conciliasse interesses de índios e brancos através da divisão da terra, está bem clara: os dois lados têm ciência de que não adiantaria demarcar as áreas dos patrimônios pois estes são somente os centros comerciais que abastecem o grosso dos moradores, na maioria dedicados à pecuária no interior da Ilha.

Novas desapropriações são realizadas no ano de 1976 através do chefe de posto. Diversas famílias de posseiros que viviam entre a aldeia e São João do Javaé são retiradas da área sem indenização e muitas vezes com o uso indevido da violência.

Acervo ISA

Os posseiros se vêem no meio de duas orientações diferentes embora oriundas de agências governamentais: a primeira, a da FUNAI, que apesar de reconhecer sua presença na área intrusando terras indígenas, cobra impostos e não toma medidas no sentido de impedir o aumento do número de posseiros na Ilha e no sentido de regularizar a situação das terras indígenas promovendo a retirada desses mesmos posseiros. A segunda orientação, e que se choca frontalmente com as intenções da primeira (a suposta defesa da integridade do território indígena através da FUNAI) é a ação da prefeitura de Formoso do Araguaia, que vê os moradores da Ilha como eleitorado e que deseja incorporar os vilarejos de posseiros nos moldes de desenvolvimento usuais aos municípios da região, fornecendo-lhes luz e educação.

A orientação contraditória dessas duas agências governamentais reflete apenas as obrigações não cumpridas por parte do órgão governamental encarregado da defesa do índio e de suas terras - a FUNAI.

Se as medidas prometidas pela FUNAI tivessem sido tomadas em 1976 a situação não teria chegado a tal ponto: "O plano de desenvolvimento social e econômico da Ilha do Bananal, porém, prevê o cadastramento dos invasores, acoplado a medidas de controle para que se evitem novas invasões. Paralelamente, os projetos de bovicultura a serem implantados pelas comunidades indígenas e pela FUNAI trariam a fórmula de se ocupar econômica e geograficamente a Ilha do Bananal. À medida que a população bovina dos projetos a serem implantados for se expandindo os invasores serão progressivamente desalojados"[19].

CONCLUSÃO

O responsável pela chefia do P.I., Eliseu Javaé, esteve em Brasília ainda este ano discutindo a situação e foi aconselhado a "abrir o olho, senão vocês (os Javaé) vão ficar sem terra". Medidas concretas até o presente a FUNAI não tomou nenhuma, o prazo (agosto de 1980), do qual a FUNAI tem conhecimento, está se esgotando assim como a paciência dos índios e dos posseiros. Os índios, após assistirem à ocupação da quase totalidade de seu território, sabem que esta é a última fronteira. Os tempos mudaram, e o antigo ideal karajá de mobilidade pelo rio e pelo interior da Ilha já parece pertencer ao passado. Os posseiros, de sua parte, sabem também que esta é uma situação decisiva: marcados pelo estigma de uma política fundiária que beneficia somente aos

Acervo ISA

grandes projetos agro-pecuários, não vêem perspectiva de obtenção de terras ou reassentamento em outras áreas, estando dispostos, portanto, a resistir o quanto puderem. É "a guerra dos miseráveis em meio à riqueza".

Apesar dos inúmeros compromissos que a FUNAI assumiu com os arrendatários do Parque os índios Javaé, no seu processo de conscientização, estão se adiantando à própria FUNAI no tocante à defesa de sua terra. Por vê-la inoperante, os índios estão tomando a si a tarefa de retirar os posseiros de uma vez.

As desapropriações esporádicas, que a partir de 1972 começaram pela ação do chefe de posto, estão agora asumindo uma nova face: querendo dar à questão uma resolução definitiva os Javaé vão, até o final do ano de 1979 iniciar uma série de desapropriações que deve começar com o despejo de duas fazendas próximas à aldeia e pertencentes a um fazendeiro, de nome Japí, de Gurupí.

Naturalmente os índios esperam por parte da FUNAI a atitude tantas vezes prometida e que consta das obrigações do órgão tutelar: a remoção dos posseiros da área indígena. Naturalmente pela dimensão que o conflito tomou,a atuação da FUNAI não pode ser pensado em isolado: é necessária a atuação do Ministério do Interior e INCRA para a remoção dos posseiros e sua realocação em outras áreas, para que não se repita o acontecido com os posseiros removidos da área dos Kaingang em 1978, quando milhares de posseiros foram deixados no mais total desamparo, à beira da estrada, pela omissão dos órgãos oficiais.

Naturalmente, se a FUNAI continuar a se omitir da problemática da terra dos Javaé e a respeito do problema dos posseiros no Parque do Araguaia, como tem feito até agora, os resultados são previsíveis. O conflito pode degenerar em violência e é claro que os Javaé, num conflito como este, serão os maiores prejudicados dada a desproporção numérica em relação aos posseiros.

A luta dos Javaé em defesa da sua terra traz em si uma mensagem de esperança. A compreensão da nova realidade em que estão inseridos é particularmente surpreendente se pensarmos na situação dos demais grupos Karajá: explorados pelo turismo, com suas terras invadidas por posseiros, civilizados pela cachaça e pela tuberculose, vendo suas terras sendo utilizadas pelo próprio órgão tutelar com escasso retorno para a comunidade indígena da renda ob

Acervo ISA

da os Karajá não têm força para se levantarem. Não compreendem a incrível rede de interesses em que estão metidos. Talvez a necessidade da FUNAI de tomar uma posição antes que se iniciem as hostilidades entre os posseiros e os Javaé (a não ser que a FUNAI esteja esperando alguma morte para começar a agir) e a necessidade de fazer o Parque do Araguaia voltar para os seus verdadeiros donos, faça com que os Karajá se beneficiem com a luta dos Javaé, seja através de medidas por parte da FUNAI que retirem os posseiros do Parque, seja através do exemplo de seus "primos" Javaé que se levantaram contra a situação que, se hoje é ruim, amanhã, com a construção da estrada que atravessará o Parque do Araguaia, deve ficar pior ainda.

Acervo ISA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) GALVÃO, Eduardo. "Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil".Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ., 1979. p.218.

(2) EHRENREICH, Paul. "Contribuições para a Etnologia do Brasil". Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. II, São Paulo, SP., 1948, p.25.

(3) RIBEIRO, Darcy. "Os índios e a Civilização. Integração das Populações Indígenas no Brasil moderno". Ed. Vozes Ltda., 2a. Ed., 1977, p.75.

(4) KRAUSE, Fritz. "Nos sertões do Brasil". Revista do Arquivo Municipal, vol. 77, p.181:

'Em 1786, Miguel de Arruda e Sá recebeu ordem de empreender uma expedição militar contra os Chavantes e os Javaés e de fundar um aldeamento para os índios subjugados. Na aldeia Pedro III (Carretão), a 24 léguas ao norte de Goiaz, ele estabeleceu 3.500 índios das duas tribos, que , no entanto, sucumbiram quase todos, vitimados pelo sarampo".

(5) EHRENREICH, Paul. obra citada, p.26.

(6) KRAUSE, Fritz. obra citada, vol. 90, p.188.

(7) RIBEIRO, Darcy. obra citada, p.232 e 236.

(8) LIPKIND, William. "The Carajá".em "Handbook of South American Indians".v. III, p.179/191.

(9) PERET, Americo. "A vida sexual dos índios". Revista "O Cruzeiro", 02/05/1973.

(10) Dados fornecidos pela equipe da Pastoral de São João do Javaé e pela Prelazia de São Félix do Araguaia.

(11) Secretaria de Imprensa da Presidência da República:

"Governo Federal cria 15 Pólos de Desenvolvimento na Amazônia - POLAMAZONIA". 25/09/1974. Anexo Projetos Fundiários. Proj. Araguaína (nº 18) p.10.

(12) Idem. ps. 10 e 11. E na página 8:

"(...) O Programa de Pólos Pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazonia para 5.000.000 de cabeças, até o fim da década (de 70), será desenvolvido, em especial, no norte de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina".

Acervo ISA

(13) Idem, p.11.

(14) CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Depto. de Pesquisa 1978: "Estudo da realidade sócio-econômica da Regional Centro-Oeste da CNBB - Prelazia de Cristalândia".

(15) Boletim Informativo FUNAI - III Trimestre, ano II, nº 8, 1973, p.60.

(16) "Denunciada corrupção na área indígena do Araguaia". O Estado de São Paulo, 25/01/1977.

(17) MOURA, Antonio Carlos: "Índios: fim do Parque". Jornal Movimento 12/06/1978, nº 154.

(18) Dados Prelazia São Félix e Equipe Pastoral de São João do Javaé.

(19) MOURA, Antonio Carlos: "A Ilha, o boi e o índio". Jornal Movimento nº 66, 04/10/1976.